Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

OPEN ACCESS

doi.org/10.51891/rease.v12i11.32539

A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

INTRAFAMILY VIOLENCE AND POSSIBLE IMPACTS ON CHILD DEVELOPMENT

VIOLENCIA INTRAFAMILIAR Y SUS POSIBLES IMPACTOS EN EL DESARROLLO INFANTIL

Beatriz Vitória Paixão de Oliveira[1]
Gabrielle Gargantini de Oliveira[2]
Maria Bárbara Girotto de Souza Pertile[3]

RESUMO: Este estudo analisou os impactos das diversas formas de violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico, cognitivo e social da criança. Adotou-se uma metodologia de abordagem qualitativa, de caráter descritivo-explicativo, desenvolvida mediante revisão narrativa da literatura em bases científicas. A fundamentação teórica articulou a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky à Teoria do Apego de Bowlby, ampliando-as com as contribuições de Minayo sobre a violência estrutural, o modelo biopsicossocial de Engel e os estudos de Van Der Kolk, entre outros autores, associados a dados epidemiológicos. Os resultados indicam que o ambiente doméstico se apresenta como o principal cenário de violações de direitos, no qual a exposição continuada a contextos de violência, negligência e instabilidade desestrutura a função protetiva da família. Conclui-se que tal vivência compromete a constituição da subjetividade infantil, fragiliza a autoestima, a capacidade de enfrentamento e favorece o surgimento de comportamentos desadaptativos, além de afetar a formação de vínculos saudáveis na infância e vida adulta. Evidencia-se, portanto, a necessidade de intervenções precoces, suporte social e fortalecimento de redes intersetoriais para a proteção do desenvolvimento infantil saudável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil. Violência Intrafamiliar. Disfuncionalidade Familiar.

ABSTRACT: This study analyzed the impacts of various forms of domestic violence on a child's psychic, cognitive, and social development. A qualitative, descriptive-explanatory approach was adopted, conducted through a narrative literature review across scientific databases. The theoretical framework linked Vygotsky's historical-cultural perspective with Bowlby's Attachment Theory, expanding them with Minayo's contributions on structural violence, Engel's biopsychosocial model, and the studies of Van Der Kolk, among other authors, combined with epidemiological data. The results indicate that the domestic environment stands as the primary setting for rights violations, in which continuous exposure to contexts of violence, neglect, and instability disrupts the protective function of the family. It is concluded that such experience compromises the constitution of child subjectivity, weakens self-esteem and coping abilities, and promotes the emergence of maladaptive behaviors, in addition to affecting the formation of healthy bonds in childhood and adulthood. Therefore, it highlights the need for early interventions, social support, and the strengthening of intersectoral networks to protect healthy child development.

Keywords: Child Development. Intrafamily Violence. Family Dysfunction.

[1] Discente do curso de Psicologia. Centro Universitário Univel.
[2] Discente do curso de Psicologia. Centro Universitário Univel.
[3] Especialista. Docente. Centro Universitário Univel.

RESUMEN: Este estudio analizó los impactos de las diversas formas de violencia intrafamiliar en el desarrollo psíquico, cognitivo y social del niño. Se adoptó una metodología de enfoque cualitativo, de carácter descriptivo-explicativo, desarrollada mediante una revisión narrativa de la literatura en bases científicas. La fundamentación teórica articuló la perspectiva histórico-cultural de Vygotsky con la Teoría del Apego de Bowlby, ampliándolas con las contribuciones de Minayo sobre la violencia estructural, el modelo biopsicosocial de Engel y los estudios de Van Der Kolk, entre otros autores, asociados a datos epidemiológicos. Los resultados indican que el entorno doméstico se presenta como el principal escenario de violaciones de derechos, en el cual la exposición continua a contextos de violencia, negligencia e inestabilidad desestructura la función protectora de la familia. Se concluye que dicha vivencia compromete la constitución de la subjetividad infantil, debilita la autoestima, la capacidad de afrontamiento y favorece la aparición de comportamientos desadaptativos, además de afectar la formación de vínculos saludables en la infancia y en la vida adulta. Se evidencia, por lo tanto, la necesidad de intervenciones tempranas, apoyo social y el fortalecimiento de redes intersectoriales para la protección del desarrollo infantil saludable.

Palabras clave: Desarrollo Infantil. Violencia Intrafamiliar. Disfuncionalidad Familiar.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente familiar é o primeiro contato com o social vivenciado pela criança. É nesse espaço que ocorre sua introdução a conceitos de hierarquia, regras, justiça, cooperação, afeto, conflito, entre outros aspectos que farão parte da sua experiência social para além deste contexto. A influência familiar atua enquanto somos mais vulneráveis e dependentes, é a partir do olhar dos cuidadores que a criança constitui sua subjetividade e a forma com que lida com suas emoções.

Rabello e Passos (2010) desenvolvem uma análise sobre a teoria do desenvolvimento infantil de Vygotsky (1996), apresentando que a criança aprende e desenvolve suas crenças, princípios e estratégias de enfrentamento às adversidades, a partir de sua interação com o outro, mais especificamente por meio da linguagem. A subjetivação humana se intensifica na troca constante entre o individual e o coletivo, e se consolida à medida que o sujeito a internaliza.

Papalia e Martorell (2022) apresentam que o desenvolvimento infantil é um processo dinâmico e complexo, fundamentado na maturação orgânica e na interação contínua entre a carga genética e as influências do meio. Sob a ótica biológica, este processo é regido por princípios universais de maturação que determinam o crescimento físico e a aquisição de competências.

Nos primeiros anos de vida, a constituição da criança depende intrinsecamente da qualidade dos estímulos e dos vínculos estabelecidos. Cypel (2013) ressalta que o ambiente atua como um facilitador do potencial genético, pois, por meio das interações responsivas com os responsáveis, que a criança começa a construir sua segurança emocional e suas capacidades

intelectuais. Esse período, frequentemente chamado de Janela de Oportunidade, é aquele em que a plasticidade cerebral permite que as experiências moldem não apenas o comportamento, mas a própria estrutura psíquica do indivíduo.

Contudo, esse processo não ocorre de forma linear ou isolada. O desenvolvimento é atravessado pelo contexto social e pelas políticas públicas que cercam a infância. Pinto, Almeida e Pereira (2025) enfatizam que garantir condições adequadas para o desenvolvimento socioemocional é uma responsabilidade coletiva. Quando a criança está inserida em um ambiente protegido e estimulante, ela desenvolve resiliência e competências sociais que serão a base de sua saúde mental na vida adulta. Em contrapartida, a ausência de suporte e a exposição à dinâmicas familiares disfuncionais podem comprometer essa trajetória.

Seguindo esta lógica, Ariès (1978) apresenta a necessidade da compreensão de que o conceito da infância vem de uma construção social e histórica, e não apenas de um fator biológico. Na sociedade medieval não existia uma distinção clara entre o mundo infantil e o adulto, sendo assim, a criança era percebida como um adulto em miniatura, sendo integrada ao mundo dos adultos assim que superavam a fase de dependência física extrema.

Neste sentido, Moneta (2014) faz uma reflexão sobre a teoria do apego, desenvolvida por John Bowlby (1988), que contribui no entendimento de que as relações estabelecidas entre a criança e seu cuidador trazem implicações significativas na maneira em que a criança cria vínculos sociais e afetivos, sendo que a falta de cuidado e a desproteção desencadeiam danos ao desenvolvimento e à saúde em seus mais diversos aspectos.

Nesse contexto, a atuação de profissionais da psicologia, alinhada às políticas públicas de proteção à infância, torna-se essencial para a identificação de fatores de risco, promoção de fatores protetivos e garantia de condições adequadas para o desenvolvimento socioemocional infantil. Diante desta complexidade, emerge a seguinte questão norteadora: De que maneira a vivência em ambientes familiares caracterizados por dinâmicas relacionais de violência, comprometem os processos de desenvolvimento e constituição subjetiva da criança?

Para responder a este questionamento, este trabalho tem como objetivo geral, analisar os possíveis impactos das diversas formas de violência intrafamiliar e da disfuncionalidade do ambiente doméstico no desenvolvimento psíquico, cognitivo e social da criança. De modo a alcançar este fim, delineiam-se como objetivos específicos: identificar e conceituar as diferentes formas pelas quais a violência intrafamiliar se manifesta; analisar os principais impactos biopsicossociais decorrentes da exposição continuada a esses cenários de vulnerabilidade; e

examinar como a vivência em contextos de conflito familiar influencia a formação e a qualidade dos vínculos afetivos na infância.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Tipos de violência e suas manifestações no ambiente familiar

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou meramente pontual, pois trata-se de um fenômeno complexo, atravessado por determinantes históricos, culturais e sociológicos que moldam a dinâmica e a hierarquia do ambiente doméstico (Minayo, 1994).

Historicamente, a construção da instituição familiar reservou ao adulto responsável um estatuto de autoridade e propriedade sobre a criança, perpetuando padrões disciplinares baseados na coerção e na subordinação. Ariès (1978) demonstra que o sentimento de infância é uma construção social recente e que, por séculos, a criança foi tratada como um adulto em miniatura, sem reconhecimento de suas necessidades específicas. No contexto brasileiro, Del Priore (2012) evidencia que a disciplina corporal e o abandono marcaram a trajetória das crianças desde o período colonial.

Nesse cenário, a punição física era entendida como método legítimo de educação, o que contribui para que, ainda hoje, práticas violentas sejam justificadas sob o argumento de "corrigir" ou "educar". Silva JP (2016), ao reler Vigiar e Punir mostra que Foucault contribui para essa compreensão ao analisar a disciplina e a punição como tecnologias de controle sobre os corpos, em complemento, Azevedo e Guerra (1989) denominam de "síndrome do pequeno poder" o fenômeno em que o adulto exerce domínio sobre a criança, aproveitando-se de sua dependência.

Essa herança histórica sustenta a naturalização da violência no cotidiano familiar. Para Bourdieu (1989), a violência simbólica atua de modo a ser aceita inclusive por aqueles que a sofrem, por se apresentar como parte da ordem natural das relações. Saffioti (2004) acrescenta que o patriarcado legitima a autoridade do chefe da família sobre mulheres e crianças, e Minayo (2006) compreende a violência como fenômeno histórico e social, distinguindo suas expressões estrutural, cultural e intrafamiliar.

Rodrigues (2017) traz um olhar à respeito das relações de poder que se apresentam nos contextos de violência, considerando a criança como sujeito receptor de informações e comportamentos, ainda incapaz de consentir e compreender a complexidade dos

acontecimentos. Em contrapartida, o adulto atua como sujeito responsável por esta mediação e comunicação, essencial no processo de construção da personalidade infantil a partir de tal dinâmica. Contudo, quando esses papéis sociais são pervertidos pela assimetria de poder, o cuidador utiliza a vulnerabilidade e a dependência física e emocional da criança para praticar atos de dominação e abuso em benefício próprio ou como mecanismo de descarga de tensões.

A autora também sintetiza as conceituações de Faleiros (2005) e Minayo (2002) sobre os tipos de violência contra crianças e adolescentes, que podem estar presentes no ambiente doméstico. A violência da negligência, caracteriza-se pela ausência ou recusa de suporte familiar em prover as necessidades básicas para a qualidade de vida da criança ou adolescente, como assistência médica, vestimentas, alimentação, acesso a educação, salubridade e amparo afetivo (BRASIL, 2010). A violência psicológica se trata da exposição frequente da criança à episódios de humilhação, depreciação, isolamento e censura, rejeição, chantagens emocionais e cobranças desproporcionais. Por ser silenciosa e não deixar marcas físicas imediatas, é frequentemente naturalizada, causando danos profundos ao autoconceito, à autoestima e à segurança emocional da criança (BRIGGS, 2002). A violência física ocorre quando o responsável utiliza intencionalmente a força física contra o corpo da criança ou do adolescente, com o pretexto de punir, disciplinar ou dominar. Varia desde tapas, queimaduras e espancamentos até lesões graves que podem culminar em óbito (BRASIL, 2010). Por fim, a violência sexual consiste na exposição da criança a qualquer prática de cunho sexual por parte do adulto responsável, tais práticas podem ser observadas através de comportamentos que demonstrem conhecimento precoce sobre atividades sexuais e/ou sinais corporais como lesões na área genital, sangramento em regiões íntimas, lesões no palato, entre outros (BRASIL, 2010).

Os dados recentes confirmam que o ambiente familiar é o principal cenário dessas violências. Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (2025), em 84% das situações de violência sexual, física e psicológica contra crianças e adolescentes registradas no Disque 100 entre 2020 e 2023, o agressor era alguém da família. Em 2025, o Disque 100 contabilizou 4,4 milhões de violações de direitos humanos, sendo a negligência, a exposição da integridade física a risco e a tortura psíquica as mais recorrentes, e as crianças e adolescentes figuraram entre as principais vítimas (BRASIL, 2025).Quanto à violência sexual, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025) indicam que cerca de 76% de todas as vítimas de estupro no país são classificadas como vulneráveis (menores de 14 anos), sendo a imensa maioria dos abusos praticada por parentes ou conhecidos no próprio

ambiente doméstico. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). Cabe destacar que uma única denúncia ao Disque 100 pode reunir diversas violações simultâneas, o que indica a frequente sobreposição entre os tipos de violência descritos.

2.2 Impactos biopsicossociais decorrentes da exposição a cenários de violência

A infância representa uma etapa crucial no desenvolvimento humano, caracterizada por intensa neuroplasticidade, estruturação psíquica e socialização primária, fases em que o ambiente desempenha um papel determinante na formação do sujeito. Ao ocorrer violência intrafamiliar, no ambiente no qual a criança deveria encontrar segurança e acolhimento, apresenta efeitos complexos e multidimensionais, constituindo-se como uma questão social e de saúde pública que demanda atenção continuada (MINAYO, 2001; REICHENHEIM et al., 1999). A família constitui o primeiro espaço de convivência, cuidado, aprendizagem social e construção de vínculos afetivos da criança. É neste ambiente que as primeiras experiências de proteção, confiança, comunicação, expressão emocional e resolução de conflitos se iniciam.

Entretanto, quando esse contexto é marcado por práticas violadoras e de negligência, o espaço de proteção transforma-se em um fator de risco estrutural ao desenvolvimento infantil (FERRARI, 2002). Sob a perspectiva do paradigma biopsicossocial (ENGEL, 1977) e da abordagem ecológica do desenvolvimento humano (MARTINS e SZYMANSKI, 2004), a violência intrafamiliar desestrutura a função protetiva do núcleo familiar e provoca desdobramentos integrados e cumulativos, cujas repercussões atravessam as dimensões neurobiológica, psíquica e social ao longo do curso de vida.

Ferrari (2002) destaca que o abuso na infância abrange múltiplas formas de violação, sejam elas físicas, psicológicas, sexuais ou por negligência, praticadas justamente por quem deveria exercer o papel de cuidado e proteção. Nesses casos, a criança passa a conviver com modelos relacionais baseados no medo, na coerção e na instabilidade, podendo naturalizar a violência como forma de interação e de resolução de problemas. Diante dessa complexidade, a exposição contínua ao perigo e à imprevisibilidade submete o organismo infantil ao fenômeno do estresse tóxico, caracterizado pela ativação prolongada e desregulada da resposta fisiológica ao estresse na ausência de suporte protetivo adequado (SIQUEIRA et al., 2016).

No aspecto biológico e neurobiológico, a vivência sob ameaça constante mantém a criança em estado persistente de hipervigilância, ativando reiteradamente o eixo hipotálamo-pituitária-adrenal e o sistema nervoso simpático, o que resulta na liberação elevada de

glicocorticóides, como o cortisol, e catecolaminas (LINS et al., 2013; SIQUEIRA, et al., 2016). Quando frequentes e prolongadas, essas alterações neuroendócrinas comprometem a maturação do sistema nervoso central e a arquitetura cerebral em formação, prejudicando o funcionamento do córtex pré-frontal, do hipocampo e da amígdala (LINS, et al., 2013; SANVICENTE-VIEIRA, et al., 2015).

Esse processo interfere diretamente em funções essenciais ao desenvolvimento, tais como a atenção, a memória, o controle de impulsos, a autorregulação emocional e a aprendizagem. Reichenheim et al. (1999) reforçam que as consequências da violência familiar sobre a saúde da criança e do adolescente ultrapassam o sofrimento imediato, comprometendo processos orgânicos e de desenvolvimento que demandam intervenções articuladas nos serviços de saúde, visto que os efeitos da agressão repercutem de maneira duradoura sobre a estrutura física e funcional do organismo.

No âmbito social e relacional, a exposição recorrente a dinâmicas familiares violentas é capaz de comprometer a capacidade de estabelecimento de vínculos seguros, dificultar a convivência com os pares, prejudicar processos de adaptação e interferir no desenvolvimento de habilidades essenciais como a empatia, a cooperação e a confiança. Pesce (2009) observa que crianças expostas à violência familiar apresentam maior propensão à reprodução de comportamentos agressivos e transgressores, o que evidencia a possibilidade de a vivência disfuncional ser incorporada como repertório relacional. Fundamentada nas evidências nacionais sobre a Teoria da Aprendizagem Social, essa incorporação decorre da observação e modelagem de comportamentos coercitivos no ambiente doméstico, os quais passam a ser assimilados como estratégias válidas de exercício de poder e resolução de conflitos interpessoais (LEME et al., 2011). Ademais, tais crianças podem apresentar maior vulnerabilidade à repetição de padrões relacionais disfuncionais ao longo da vida, seja pela reprodução de atitudes agressivas com pares e no contexto escolar, seja pela dificuldade em reconhecer situações abusivas enquanto violações de direitos (FERRARI, 2002; PESCE, 2009).

Diante do caráter integrado dos impactos biopsicossociais decorrentes da violência intrafamiliar, conclui-se que os prejuízos causados à infância exigem uma compreensão ampla, na qual os danos neurobiológicos, o sofrimento psíquico e as dificuldades de inserção social não sejam analisados de forma isolada, mas sim como manifestações interdependentes de uma mesma vulnerabilidade estrutural (MINAYO, 2001; SIQUEIRA, et al., 2016). A superação dessa problemática requer o fortalecimento de redes intersetoriais que articulem as políticas

públicas de saúde, assistência social, educação e sistema de garantia de direitos (BRASIL, 1990; DESLANDES, 2002), promovendo a identificação precoce de violações, a oferta de atendimento multiprofissional contínuo e a construção de espaços comunitários pautados no acolhimento, na proteção e na restauração do desenvolvimento digno e saudável da criança (PIRES, 2012; SILVA e BAZON, 2014).

2.3 Relação entre a exposição contínua a conflitos familiares e a formação de vínculos afetivos na infância

Ateoria vygotskyana, nos apresenta que o desenvolvimento superior da criança, depende especialmente de sua interação ativa com o social, sendo necessária a estimulação por parte de seu ambiente para esta progressão, por meio da linguagem e das relações estabelecidas, visto que a criança por si só, não possui as ferramentas necessárias para aprender e se desenvolver sozinha (RABELLO; PASSOS, 2010).

Esteves e Ribeiro (2016) complementam essa ideia, expondo que os cuidadores desempenham papel primário e fundamental na promoção dessas interações, estímulos, vínculos afetivos e atenção à criança, além da responsabilidade em fortalecer esses processos de forma contínua, destacando que tal fortalecimento garante o aprimoramento da socialização e cognição, sendo que a forma com que esse papel é desenvolvido, pode impactar e comprometer diretamente o desenvolvimento infantil.

Moneta (2014) apresenta a teoria de Bolwby (1988), enfatizando que a resiliência infantil frente a estressores é um reflexo do padrão de apego e vínculo precocemente estabelecido. Desta forma, em contextos familiares disfuncionais caracterizados por negligência, instabilidade emocional, violência, comunicação ineficaz ou ausência de vínculos seguros, a criança tende a apresentar prejuízos significativos em diferentes áreas do funcionamento psíquico.

Bowlby (2024) estabelece a existência de uma intensidade emocional nessa relação, portanto, a saúde emocional tanto dos pais quanto dos filhos está associada, em grande parte, com a qualidade da relação estabelecida entre eles, uma vez que o sentimento de fragilidade e ameaça afeta esses processos, podendo levar ansiedade e até a raiva em ambos. Tal apego se dá, devido a um instinto biológico de sobrevivência, havendo, portanto, uma necessidade genética de criação de vínculos duradouros entre os seres humanos, em busca de proteção.

A teoria do autor apresenta que, quando se trata de mulheres com comportamentos violentos no ambiente doméstico, fatores como a desconfiança e a resistência na construção de

relações próximas, derivados em sua grande parte também de sua experiência infantil em lares marcados por essas relações de violência e abandono, incidem em seu isolamento social, que tem como consequência uma atribuição de maturidade em seus próprios filhos, que ainda não a possuem, em busca de atenção, afeto e cuidado (BOWLBY, 2024 *apud* MORRIS; GOULD, 1963).

Bowlby ainda aponta que os impactos na construção da personalidade da criança podem ser decorrentes não propriamente da violência física sofrida por ela, mas de um acumulado de eventos que costumam anteceder essa agressão em alguns casos, como a exposição a um ambiente que a deixa desamparada e rejeita de forma agressiva e constante, sendo que essas mesmas crianças, costumam apresentar comportamentos/sentimentos apáticos, dificuldade de demonstrar felicidade em momentos de brincadeiras, dificuldades de responder a tentativas de amparo diante de crises de choro persistentes, além de serem facilmente instigadas pela raiva, e das tendências a perduração desses comportamentos após sua instalação (GAENSBAUER; SANDS, 1979 *apud*BOWLBY, 2024).

A criança que se desenvolve diante desses cenários, apresenta condições de hipervigilância e hipersensibilidade em sua rotina na presença dos responsáveis, o que desencadeia uma atenção excessiva aos próprios comportamentos visando atender as expectativas e não os desagradar, a fim de evitar ser respondida com negligência e/ou agressividade (BOWLBY, 2024).

A construção da autoestima infantil está diretamente relacionada às experiências afetivas vivenciadas no ambiente familiar. Tal processo de desenvolvimento em contextos marcados por críticas excessivas, rejeição emocional ou ausência de validação tendem a desenvolver na criança, crenças negativas sobre si mesma, sentimentos de inadequação, inferioridade e desvalor. Tais experiências contribuem para a formação de um autoconceito fragilizado, o que pode impactar negativamente a capacidade de estabelecer relações saudáveis e lidar com desafios ao longo da vida (BRIGGS, 2002).

Bessel Van Der Kolk (2020), em seu livro "O Corpo Não Esquece - Cérebro, Mente e Corpo na Superação do Trauma", apresenta que independente do tipo de vinculação estabelecida entre a criança e seus responsáveis, ela desenvolve mecanismos para que suas necessidades sejam atendidas, para se sintam vistas e recebam atenção, mesmo que de maneira disfuncional, se adaptando a forma como esses responsáveis demonstram esse cuidado.

O distanciamento emocional entre a criança e o responsável por quem ela necessita desse acolhimento, atua como um fator de risco no desenvolvimento de um ser humano com sentimentos de deslocação no mundo e abandono, além de identificar-se como desamado, insuficiente e inseguro. Essa construção, feita durante os anos iniciais, orienta a forma de se relacionar não apenas com os outros, mas consigo mesmo ao longo da vida. A identificação de padrões comportamentais advindos desses contextos relacionais, servem como pontapé para o aprendizado de novas formas de vinculação saudáveis em autobenefício e para serem passadas adiante (VAN DER KOLK, 2020).

3 MÉTODOS

A presente pesquisa apoia-se complementarmente, na pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002), tal delineamento é desenvolvido a partir de materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Além disso, adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada na compreensão de que fenômenos complexos que envolvem a subjetividade humana e suas dinâmicas relacionais, são constituídas de inúmeros significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Conforme defende Minayo (2001), a pesquisa qualitativa ocupa-se de um nível de realidade que não pode ser quantificado ou reduzido à operacionalização de variáveis, aprofundando-se no mundo das ações e relações humanas.

Esta investigação classifica-se como descritiva e explicativa. De acordo com Gil (2002), pesquisas descritivas têm como propósito primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis. Assim, procura-se detalhar as nuances da disfuncionalidade familiar, ao passo que o caráter explicativo visa fundamentar de que maneira e por que esses cenários atuam como determinantes nos possíveis impactos no desenvolvimento infantil.

O levantamento das literaturas utilizadas será mediante consulta em repositórios científicos de relevância acadêmica, incluindo Google Acadêmico, PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), PubMed, SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) por artigos científicos, livros clássicos da literatura psicológica e documentos institucionais publicados nos últimos 10 anos, preferencialmente produções nos idiomas português e espanhol. Posteriormente, será aplicada a metodologia bola de neve, técnica na qual os documentos selecionados na busca inicial servem como ponto de partida para a identificação de novos textos relevantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica revela que a violência intrafamiliar e a disfuncionalidade do ambiente doméstico não se configuram em episódios isolados, mas representam um fenômeno complexo, estruturado por assimetrias de poder, heranças patriarcais e pela naturalização histórica da coerção física e psicológica sobre a infância (ARIÈS, 1978; MINAYO, 1994; SAFFIOTI, 2004). Conforme sintetizado pelos dados do Disque 100 e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o próprio lar constitui o principal cenário de violação de direitos, sendo a maioria das agressões físicas, psicológicas, de negligência e abusos sexuais praticada por parentes ou pessoas do convívio próximo (BRASIL, 2025; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

A sobreposição dessas tipologias de violência gera desdobramentos de ordem biopsicossocial que se inter-relacionam e se acumulam ao longo do desenvolvimento (ENGEL, 1977; MARTINS; SZYMANSKI, 2004). Sob a ótica neurobiológica, a exposição continuada a um ambiente hostil e imprevisível submete a criança ao estresse tóxico, promovendo a hiperativação do eixo hipotálamo-pituitária-adrenal e alterando a maturação de estruturas cerebrais essenciais, como o córtex pré-frontal, a amígdala e o hipocampo (LINS et al., 2013; SANVICENTE-VIEIRA et al., 2015; SIQUEIRA et al., 2016). Esse prejuízo orgânico correlaciona-se diretamente com dificuldades no controle de impulsos, na autorregulação emocional, na memória e na atenção, refletindo-se em prejuízos cognitivos e de aprendizagem (REICHENHEIM et al., 1999).

No plano psíquico e relacional, os achados corroboram a articulação entre a abordagem histórico-cultural de Vygotsky (1996) e a Teoria do Apego de Bowlby (1988, 2024). Como a mediação do adulto e a qualidade das interações sociais são determinantes na constituição da subjetividade e do autoconceito (RABELLO; PASSOS, 2010; ESTEVES; RIBEIRO, 2016), a ausência de validação, a rejeição e as críticas frequentes culminam na internalização de crenças de desvalor, inadequação e inferioridade (BRIGGS, 2002). Além disso, quando a figura de cuidado representa simultaneamente a fonte de ameaça e medo, a criança desenvolve padrões de apego inseguro ou desorganizado, adotando estratégias de hipervigilância para evitar agressões ou buscando atenuar o distanciamento emocional por meio de mecanismos disfuncionais (MONETA, 2014; VAN DER KOLK, 2020; BOWLBY, 2024).

Nesse cenário, ambientes familiares disfuncionais frequentemente apresentam padrões inconsistentes de cuidado, disciplina e comunicação, favorecendo o surgimento de

comportamentos internalizantes, como ansiedade, medo excessivo e sintomas depressivos, bem como comportamentos externalizantes, como agressividade, impulsividade e dificuldades de regulação emocional. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019), tais manifestações podem ser compreendidas como possíveis indicadores de situações de negligência, violência ou violação de direitos, exigindo uma análise técnica, ética e contextualizada.

Contudo, embora a exposição a fatores de risco comprometa o desenvolvimento saudável, a presença de fatores protetivos pode favorecer a adaptação positiva da criança (YUNES; SZYMANSKI, 2001). A existência de vínculos afetivos seguros atua como elemento fundamental para a superação de adversidades, sendo compreendida como um processo dinâmico, construído a partir da interação entre características individuais e condições ambientais. Dessa forma, ainda que o ambiente familiar disfuncional represente um fator de risco significativo, não determina, de forma absoluta, prejuízos irreversíveis ao desenvolvimento. Conforme apontam Yunes e Szymanski (2001), intervenções precoces, suporte social adequado e a promoção de vínculos saudáveis podem contribuir para a redução dos impactos negativos e favorecer trajetórias de desenvolvimento mais adaptativas. Logo, compreender os impactos de um ambiente disfuncional no desenvolvimento psicológico infantil implica reconhecer a complexidade das relações estabelecidas na infância, bem como a necessidade premente de ações preventivas e interventivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que o ambiente doméstico atua como a primeira mediação entre o sujeito e a sociedade, desempenhando papel decisivo e fundamental na estruturação da linguagem, na regulação emocional e no estabelecimento das primeiras representações de mundo da criança, demonstrando que quando estas relações se estruturam por meio de dinâmicas relacionais violentas, comprometem significativamente os processos de desenvolvimento biopsicossocial e a constituição da subjetividade infantil.

A caracterização dos tipos de violência que podem existir nesses contextos, bem como os dados apresentados, apontam para uma realidade que acomete muitas crianças, a vivência em um lar onde a mesma figura que deveria exercer o papel de proteção, amparo e cuidado, representa o perigo, a negligência, violência e ausência, decorrentes de heranças culturais, estruturas patriarcais e assimetrias de poder naturalizadas no meio familiar.

Sendo assim, a exposição contínua a esses cenários rompe a função protetiva do cuidador primário. Consequentemente, a ausência de uma base segura e a distorção nas trocas relacionais geram profundos prejuízos na autoestima, autoconfiança, desenvolvimento de crenças de desvalor, desamor, inadequação, inferioridade, na capacidade de enfrentamento e na formação de vínculos saudáveis, tanto na infância quanto na vida adulta, resultando na constituição de uma subjetividade potencialmente frágil e com probabilidade de sofrimento psíquico.

Como contribuição, o trabalho destaca a relevância de se olhar para o sofrimento psíquico infantil para além de fatores isolados, integrando as dimensões biopsicossociais, os dados de vulnerabilidade social e as perspectivas socio-históricas. Reconhece-se, contudo, como limitação desta pesquisa, o seu caráter estritamente bibliográfico e de revisão narrativa, o qual, embora aprofundado teoricamente, restringe a captação imediata de dados empíricos de realidades locais específicas.

Por fim, ressalta-se a imprescindibilidade das políticas públicas de proteção à infância e a urgência de uma atuação psicológica atenta à identificação precoce de fatores de risco. Para investigações futuras, recomenda-se o desenvolvimento de estudos empíricos que examinem a eficácia de intervenções clínicas e socioeducativas voltadas ao suporte de famílias vulneráveis, à mitigação dos danos e à promoção de fatores de resiliência em crianças expostas à violência intrafamiliar.

REFERÊNCIAS

ARIÈS P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

BOURDIEU P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOWLBY J. Cuidado e afeto: repensando a teoria do apego. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BOWLBY J. Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artmed, 2024; 232p.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Atlas 2023: violência contra a juventude. Brasília, DF: Ipea, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010; 108 p.

BRIGGS DC. A autoestima do seu filho. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Avaliação psicológica no contexto forense. Brasília: CFP, 2019.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 7ª REGIÃO. Reflexões: a Psicologia no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Entrelinhas, Porto Alegre, n. 205, 2024.

CYPEL S. A criança em desenvolvimento: como avaliar e intervir. São Paulo: Atheneu, 2013.

DEL PRIORE M. História das crianças no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ESTEVES LP, RIBEIRO S. A importância dos vínculos afetivos e da interação familiar para a formação e aprendizagem escolar das crianças. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, 2016; 5(2): 76-86.

FERRARI DCA. Definição de abuso na infância e na adolescência. In: FERRARI DCA, VECINA TCC. O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2025.

GIL AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS E, SZYMANSKI H. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 2004; 4(1): 63-77.

MINAYO MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO MCS. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, 2001; 1(2): 91-102.

MONETA L. A teoria do apego e as implicações no desenvolvimento infantil. Revista de Psicologia e Saúde, 2014; 6(1): 45-52.

PAPALIA DE, MARTORELL G. Desenvolvimento humano. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2022.

PESCE RP. Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: uma revisão da literatura. Ciência & Saúde Coletiva, 2009; 14(2): 507-518.

PINTO AR, ALMEIDA LM, PEREIRA MC. Políticas públicas e proteção à infância no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 2025; 41(2): 110-122.

RABELLO ET, PASSOS JS. Vygotsky e o desenvolvimento infantil: conexões teóricas. Educação & Sociedade, 2010; 31(112): 890-905.

REICHENHEIM ME, HASSELMANN MH, MORAES CL. Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. Ciência & Saúde Coletiva, 1999; 4(1): 109-121.

RODRIGUES MNS. Violência intrafamiliar: o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Jundiaí: Paco Editorial, 2017; 200p.

SIQUEIRA AC, et al. Estresse tóxico e desenvolvimento infantil: repercussões biopsicossociais. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2016; 32(4): 1-10.

VYGOTSKY LS. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VAN DER KOLK, Bessel. O corpo não esquece: cérebro, mente e corpo na superação do trauma. Alfragide: Lua de Papel, 2020; 558p.

YUNES MAM, SZYMANSKI H. Resiliência e família: olhares teóricos e práticos. São Paulo: Cortez, 2001.